

Para FMI, recuperação da economia brasileira ainda é considerada frágil

Executivo do Fundo diz que, sem ajuste, crescimento pode ser estancado

Editoria de Arte

José Meirelles Passos

• WASHINGTON. O Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda não está definitivamente convencido de que o Brasil caminha com firmeza no rumo da recuperação econômica. Além disso, a sua diretoria vê com preocupação a resistência de alguns setores ao processo de reformas estruturais que o Governo vem empreendendo.

— A recuperação econômica do Brasil ainda é frágil. E ela pode se estancar se o mercado perceber falta de vontade do país em prosseguir no ajuste fiscal — disse ontem um graduado funcionário do Fundo, em conversa com um grupo de jornalistas de vários países, em Washington.

Ele se dispôs a revelar a opinião do FMI sobre a economia mundial, uma semana antes do início da reunião anual daquela instituição, sob a condição de não ser identificado. Segundo essa fonte, as camadas mais pobres da sociedade brasileira só vão melhorar de vida quando houver menor resistência às reformas:

— Aqueles que romanticamente falam contra as reformas no Brasil estão fazendo um dano tremendo ao alívio da pobreza nesse país — disse.

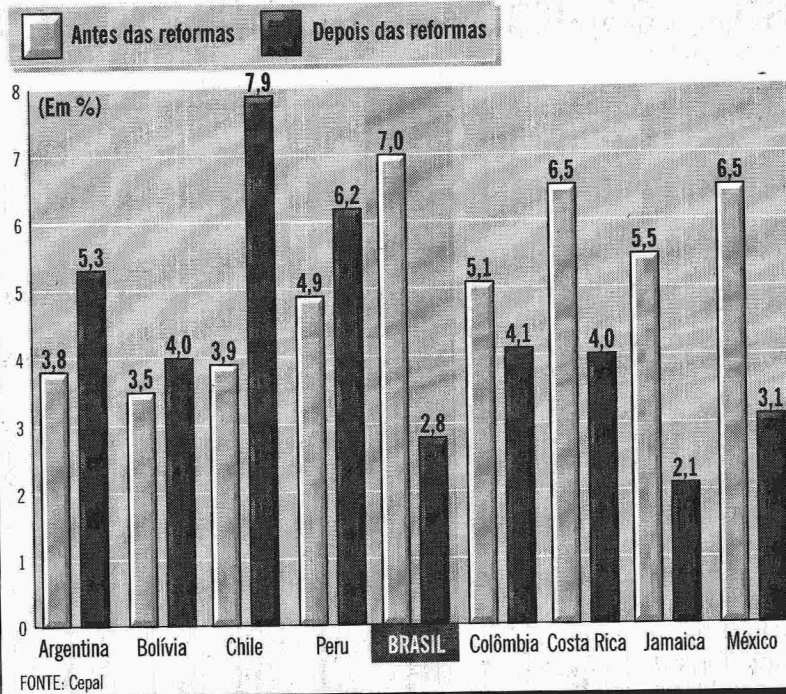
Governo diz que ajuste já está em curso

Ao divulgar ontem o informe anual do Banco Mundial (Bird), o seu presidente, James Wolfensohn, disse que as crises financeiras da Ásia, Rússia e Brasil foram um retrocesso na batalha contra a pobreza. Segundo ele, serão necessários mais de duas décadas para reduzi-la:

Em Brasília, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Guilherme Dias, disse que o Governo federal acredita nos resultados das medidas de ajuste porque já está vendo seus efeitos.

— Há todo empenho do Governo em controlar gastos — disse ele. ■

Como os países reagiram às reformas



O QUE É O ESTUDO

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) selecionou os nove países da região que passaram por reformas econômicas na década de 90. Essas reformas incluem a abertura às importações, maior liberdade para a entrada de capital estrangeiro e privatização. Serviu de base ao estudo o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país entre os anos de 1950 e 1980, exceto para Bolívia, Chile e Jamaica, onde o período anterior à crise que antecipou as reformas terminou em 1978, 1970 e 1974, respectivamente.